

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.149 - AL
(2019/0024966-0)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : AMARO CAVALCANTE DA SILVA
AGRAVANTE : AUGUSTO ANTONIO PEREIRA NETO
AGRAVANTE : ELEIDE FERREIRA CAVALCANTE XAVIER
AGRAVANTE : ELIANE MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : ELIZABETE MARTINS SOARES DE SOUSA
AGRAVANTE : JACSON ALVES DE LIMA
AGRAVANTE : JAILDES CALHEIROS DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOSE ITAMAR GOMES DO NASCIMENTO
AGRAVANTE : LAEUZA LUCIA DA SILVA FARIAS
AGRAVANTE : LIVALDO FERREIRA DE ARAUJO
AGRAVANTE : LUCIANA MARIA DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA CORREIA
AGRAVANTE : MARIA DE FATIMA ACCIOLY LARANJEIRA
AGRAVANTE : MARIA DE FATIMA SARMENTO COSTA
AGRAVANTE : MARIA JOSE TOMAZ DE ARAUJO MORAIS
AGRAVANTE : MERCIA CRISTINA BARBOSA CHAVES
AGRAVANTE : MONICA MARIA DE OLIVEIRA LUCENA
AGRAVANTE : NEURENE DE ALMEIDA TEIXEIRA
AGRAVANTE : RENATA FRAGOZO DA SILVA
AGRAVANTE : ROSA MARIA DO NASCIMENTO
ADVOGADOS : CLAUDIO PAULINO DOS SANTOS - AL013123
ADEMYR CESAR FRANCO E OUTRO(S) - AL014184
CARLOS REZENDE JUNIOR - AL014488
AGRAVADO : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR : THALLES FELIPE BARBOSA LAURENTINO E OUTRO(S) -
AL015030

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão assim ementada (fl. 1.458):
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. URV. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MARCO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. INTERPRETAÇÃO DE NORMA LOCAL E REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

Os agravantes alegam que "não há necessidade de análise de direito local, nem de rediscussão da matéria e muito menos revolvimento do acervo fático probatório dos autos para aferição de que não houve a recomposição dos vencimentos, só houve reestruturação da CARREIRA dos servidores, na medida em que, por ocasião da liquidação de sentença, o tribunal local é quem analisará as provas e a lei local para aferir se houve reestruturação REMUNERATÓRIA" (fl. 1.472).

Afirmam que "eventual prejuízo remuneratório decorrente da conversão

Superior Tribunal de Justiça

equivocada da moeda deve ser apurado em LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, e quanto à PRESCRIÇÃO, nas ações em que se busca o pagamento das diferenças salariais decorrentes da edição da Lei 8.880/1994, a relação é de trato sucessivo, incidindo a prescrição tão somente sobre as parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, não alcançando o fundo de direito, *ex vi* do enunciado sumular 85/STJ" (fls. 1.480-1.481).

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Diante dos argumentos aqui trazidos, exerço o juízo de retratação para tornar sem efeito a decisão de fls. 1.458-1.463.

Após, volte-me os autos conclusos para nova análise da demanda.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

